





# **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO REAL**

**PODER LEGISLATIVO**

É imprescindível ponderar que a propositura visa incentivar a pratica de doação de sangue entre os munícipes de servidores públicos.

Foi observado que o projeto versa sobre matéria do Município em face do interesse local e de sua competência para organização da Administração Pública Municipal, encontrando amparo no texto constitucional e na Lei Orgânica, conforme abaixo descrito.

## **Constituição da República Federativa do Brasil**

**"Art.30 . Compete aos Municípios:**

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

## **Lei Orgânica Municipal**

**"Art. 62. A iniciativa da leis cabe a qualquer vereador, à Mesa Diretora ou a qualquer Comissão Permanente e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.**

Após a emissão do parecer, prossiga-se na forma regimental preconizada no Art. 188 e seguintes e caso atendidos todos os outros requisitos, objetivos e formais, a matéria para votação deve ser incluída na ordem do dia.

O quórum para deliberação e para aprovação será com a maioria simples de votos, em consonância com o art. 209 do Regimento Interno da CMPR.





# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO REAL

PODER LEGISLATIVO

---

Diante do exposto, opina pela **possibilidade jurídica** da tramitação e discussão e votação do projeto de lei ordinária ora examinado. Ressaltando o caráter meramente opinativo deste parecer, cabendo exclusivamente à Comissão de Constituição de Justiça apreciar a matéria e exarar parecer conclusivo no que tange a constitucionalidade e legalidade, nos termos do Art. 189, §1º do Regimento Interno desta Casa.

S.M.J, este é o parecer

Porto Real/ RJ, 05 de agosto de 2021

*Valéria Ribeiro de Carvalho*  
*Consultora Legislativa*  
*Matricula 925*

